

Questões sobre o fascismo, ontem e hoje



Por **VLADIMIR PUZONE***

Os temas de um ciclo de debates, com a participação de especialistas estrangeiros e brasileiros

As discussões sobre o fascismo têm ganhado nova importância nos últimos anos, tanto em debates de movimentos e organizações de esquerda quanto em meios universitários. O motivo é evidente para quem acompanha minimamente o cenário das crises mundial e brasileira. A ascensão de grupos e de governos de extrema-direita em países com diferentes condições políticas e econômicas fez com que o termo fascismo voltasse a ser amplamente utilizado.

No entanto, apesar da retomada do termo, restam muitas questões sobre sua pertinência para compreender e combater aqueles grupos e governos. Entre essas questões, é possível destacar as seguintes: quais as semelhanças e diferenças entre seus usos atuais e as discussões que atravessaram o século XX, período que assistiu ao florescimento de movimentos e regimes mais ou menos próximos ao modelo italiano, a origem de todos eles? Será que esse é mesmo um termo adequado para se compreender o que está acontecendo? Seria o fascismo um movimento e uma ideologia datados no tempo, isto é, vinculados à primeira metade do século XX? Ou estaríamos diante de formas renovadas de suas manifestações?

Também é possível afirmar com alguma dose de certeza que o termo “fascismo” não é consensual. Se não há muitas dúvidas em caracterizar os movimentos e regimes liderados por Mussolini e Hitler com a expressão, não se pode dizer o mesmo a respeito dos acontecimentos em diferentes lugares e períodos. A Espanha de Franco entre os anos 1930 e 1970 pode ser considerada um caso exemplar do fascismo tanto quanto o Japão das décadas de 1930? Seria possível caracterizar as ditaduras militares da América do Sul em meados do século XX da mesma forma que o regime grego da mesma época?

Além dessas questões, muito se discute a respeito de um neofascismo, levando-se em conta sobretudo as semelhanças com as formas de mobilização de grupos em sua maioria pequeno-burgueses e os atuais protestos contra a corrupção nos governos petistas e, mais recentemente, a favor de Jair Bolsonaro. Assim como seus antecessores, os manifestantes brasileiros apontam para a eliminação política e física de seus opositores de esquerda. Apesar dessa semelhança, também é possível se contrapor à caracterização da mais recente onda de direita no Brasil como neofascista. Afinal, grande parte dos apoiadores do atual presidente não reivindicam a herança fascista e não usam símbolos como os *fascios* ou suásticas. Ao contrário, em afirmações revisionistas e que beiram o delírio, alegam que o nazismo seria de esquerda.

Ainda sobre o paralelo entre a situação histórica das primeiras décadas do século anterior e o presente cenário político brasileiro, o sentido da expressão “fascismo” também é disputado se levarmos em conta uma análise da forma de governo e do estado, bem como sua relação com a forma pela qual a acumulação de capital ocorre em distintos períodos históricos. Por um lado, o caso alemão foi considerado por muitos observadores da época como um exemplo da intervenção ativa do Estado sobre os processos de acumulação e organização da força de trabalho nas plantas fabris, ao mesmo tempo em que o partido nazista se associava a grandes conglomerados capitalistas.

Por outro lado, é difícil dizer que o governo Bolsonaro preze por uma intervenção ativa na atual crise econômica, haja vista a política de preços dos combustíveis que favorece exclusivamente os acionistas da Petrobrás e procura levar à força sua privatização completa. É claro, o horizonte da acumulação alterou as atribuições do estado, que agora atua mais fortemente para garantir que as condições da financeirização possam continuar, reforçando ao mesmo tempo a precarização dos trabalhadores e sua transformação em empresários de si mesmos. O vínculo entre o Estado e o governo brasileiro e os grupos ligados a bancos e instituições financeiras não deixa de apresentar um traço em comum com o caso

nazista. Contudo, alguns veem nos eventos nacionais um caso de aprofundamento de tendências autoritárias da política brasileira, ou, em chave distinta, um simples regime de destruição dos arranjos institucionais do Brasil firmados na Constituição de 1988 – que tentou, com passos muito tímidos, a construção de um estado de bem-estar por aqui.

Mais recentemente, nos últimos anos, o retorno da expressão “fascismo” ao vocabulário teórico e político não deixou de ser atravessado por polêmicas. Entre as mais significativas está a oposição com outro termo caro ao debate contemporâneo, “populismo”. Mais do que um simples adjetivo que descreve formas de regime político distintas das democracias representativas liberais, a palavra populismo procura, para muitos, captar as transformações das direitas contemporâneas. Assim, “fascismo” seria um termo adequado para descrever o que aconteceu entre as duas primeiras guerras mundiais, mas muito pouco preciso para se entender uma gama de organizações e governos que vão desde Donald Trump até Rodrigo Duterte, passando por nomes como Recep Erdogan e Viktor Orbán.

Tamanhas seriam as novidades representadas por movimentos como o *Tea Party*, o MBL e o movimento *5 Stelle* que muitas autoras preferem utilizar um termo ainda mais abrangente do que populismo e fascismo. É comum encontrarmos a expressão “novas direitas” para enfatizar ideários e práticas que não seriam encontrados no século XX. Seguindo uma trilha aberta por estudos sobre processos de (des)democratização, aqueles governos e movimentos seriam descritos também como “iliberais” – embora essa caracterização deixe escapar as possíveis afinidades entre os liberalismos e os fascismos. Estão em questão, portanto, as próprias promessas da democracia liberal e representativa e seus contínuos fracassos em fazer justiça a um processo real de democratização da vida da maioria das pessoas.

Sem dúvida, um dos terrenos de difusão das “novas direitas” e de movimentos neofascistas são as redes sociais. A divulgação de *fake news* e de páginas com teorias conspiratórias, que alimentam as paranoias e síndromes persecutórias de muitos aderentes das extremas-direitas, encontrou não apenas um refúgio em plataformas como *Facebook*, *YouTube* e *Whatsapp*. Estas também fomentaram a própria forma de organização de grupos de intolerância e que glorificam a violência e o uso de armas de fogo. No entanto, podemos dizer que a relação entre tais grupos e os meios contemporâneos de comunicação e divulgação de informações não deixa de apresentar algumas semelhanças com a mobilização do rádio e do cinema operada pelos fascismos. Em particular, podemos ver como em ambos os momentos históricos o conteúdo das mensagens divulgadas pelas lideranças autoritárias apresentam distorções da realidade muitas vezes toscas, além da clara mobilização de sentimentos de frustração e ressentimento com uma ordem social marcada pela irracionalidade.

Ao contrário do que alguns círculos de esquerda e anticapitalistas propagam, discutir o fascismo é, sim, importante. Não se trata de um debate puramente intelectual, como se saber quais os traços dos movimentos fascistas e sua relação com a sociedade capitalista consistisse apenas numa lista de aspectos universais a serem aplicados aos casos particulares. O combate aos grupos e regimes que buscam o extermínio de lutadores e organizações de trabalhadores e subalternos não pode ser feito sem que se conheça o adversário. Em especial, simples palavras de ordem contra os fascistas e seus assemelhados não levam a formas de organização de trabalhadores e subalternos que se coloquem como alternativa à rebelião a favor da ordem burguesa. O anti-intelectualismo não é somente um beco para a transformação radical de nossa forma de organização social. Ele é o próprio solo fértil em que germinam e florescem os fascismos e seus movimentos congêneres.

***Vladimir Puzone** é doutor em sociologia pela USP. Autor, entre outros livros, de *Capitalismo perene: reflexões sobre a estabilização do capitalismo a parti de Lukács e da Teoria Crítica* (Alameda).

O ciclo de debates

O seminário, “Fascismo: ontem e hoje?”, pretende perguntar até que ponto a categoria de “fascismo” ajuda a entender o momento atual. Para avançar no debate, foram organizadas quatro mesas que, ao longo de novembro, reunirão convidados brasileiros e estrangeiros.

O evento conta com tradução simultânea e aqueles que o assistirem poderão solicitar atestado de participação como ouvintes. Ele é uma iniciativa do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), Centro de Estudos dos Direitos

da Cidadania (CENEDIC) - USP, Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) - UNICAMP e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT - INEU) e conta com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) - USP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES).

1ª Mesa: 4/11 - Fascismo: teoria e história (<https://youtu.be/1JPQTIxOL1E>)

Dylan Riley (Universidade da Califórnia - Berkeley); Gabriel Cohn (USP); mediação: Bernardo Ricupero (USP).

2ª mesa: 18/11 (18h00) - As redes da extrema direita, a extrema direita nas redes (<https://youtu.be/mCH2jgdKg-4>)

Letícia Cesarino (UFSC); Manuela Caiani (Escola Normal Superior - Florença); mediação: André Kaysel (UNICAMP).

3ª mesa: 23/11 (18h00) - O nome e a coisa: fascismo, populismo, destruição? (<https://youtu.be/-n2TqViL4Xc>)

Nadia Urbinati (Universidade de Columbia - Nova Iorque); Renato Lessa (PUC - RJ); mediação: Walquiria Leão Rego (UNICAMP)

4ª mesa: 25/11 (18h00) - Pode o bolsonarismo ser considerado um fascismo? (https://youtu.be/YMgCXEod_Bc)

André Singer (USP); Armando Boito (UNICAMP); mediação: Paula Marcelino (USP).